

**A CRÔNICA DE RACHEL DE QUEIROZ, O PRIVADO E O PÚBLICO:
A INSTAURAÇÃO DA INTIMIDADE**

Adriana Giarola Ferraz Figueiredo (SEED/PR)

Resumo: A definição e a delimitação entre a esfera privada e a esfera pública é uma questão tão antiga quanto paradoxal. Partindo da tradução latina de alguns termos gregos, seguindo para o encaminhamento e a adaptação desses termos ao pensamento romano, tem-se a formação de um emaranhado de considerações que, ora se completam, ora se confrontam, ora se excluem. Com a instauração da Era Moderna, no século XIX, e o surgimento da esfera denominada social, que não era considerada nem privada e nem pública, os limites entre esses domínios acabam se confundindo, e a delimitação de uma divisão entre esses espaços torna-se cada vez mais difícil. Diante dessa realidade, vida privada e vida pública entram em conflito: certos interesses, que eram de cunho particular, ganham notoriedade e, conseqüentemente, tornam-se alvo popular. Nesse contexto, a intimidade passa a ser considerada muito mais por aquilo que ela representa, diante da sociedade, do que por aquilo que, de fato, ela é. Em meio a essa conjunção, está a crônica “Amor & casamento”, de Rachel de Queiroz, escrita em 22 de março de 1997 e inserida no livro *Falso mar, falso mundo* (2002), texto em que as particularidades de um casamento são compartilhadas no domínio público. Os acontecimentos da esfera do lar e da família são analisados entre as atividades relativas ao mundo comum, e os sentimentos pessoais são tratados no espaço da coletividade. Essa representação remete a uma sociedade que, ao sair do interior de seu lar, com destino à esfera pública, não apenas enfraqueceu a antiga fronteira existente entre o domínio privado e o domínio público, como também modificou o significado desses dois termos e a importância deles para a vida do indivíduo e do cidadão, a ponto de torná-los, em certas ocasiões, distintos, outras vezes, tão próximos e até mesmo indissociáveis.

Palavras-chave: Privado. Público. Intimidade. Crônica. Rachel de Queiroz.

Toda espécie de vida humana encontra-se enraizada em um mundo de homens e de coisas feitas pelos homens, no qual está a essência e o essencial para a realização dessa vida, que se desenvolve nos domínios privados e públicos. Essas esferas abarcam os espaços possíveis de consumação das ações praticadas pelas pessoas, quer sejam elas atividades individuais ou *performances* desempenhadas em grupos.

Com a instauração da Era Moderna, no século XIX, e o surgimento da esfera denominada social, que não era considerada nem privada e nem pública, os limites entre

esses domínios acabam se confundindo, e a delimitação de uma divisão entre esses espaços torna-se cada vez mais difícil. Uma fronteira muito pequena e frágil passa a existir entre aquilo que compreende o que é privado e o que é público, modificando até os significados que essas instâncias receberam ao longo de sua constituição.

Diante dessa realidade, vida privada e vida pública entram em conflito. Certos interesses, que eram de cunho particular, ganham notoriedade e, conseqüentemente, tornam-se alvo popular. Nesse contexto, a intimidade passa a ser considerada muito mais por aquilo que ela representa, diante da sociedade, do que por aquilo que, de fato, ela é. Em muitas situações, a partir dessa nova configuração social, é a noção determinada pelo espaço público que passa a dar significado à vida privada.

E essas constatações acabam interferindo não apenas nos espaços. Isso não é mais, genuinamente, uma verificação do que compete ao domínio privado ou ao domínio público. Quando certas privacidades estão no centro das discussões, há que se avaliar, também, todas as perspectivas possíveis no âmbito dos relacionamentos sentimentais, bem como a capacidade de transformação dos indivíduos, as conseqüências dessas mudanças e as implicações disso tudo sobre o outro. Só assim torna-se possível compreender, de uma forma plausível, as novas formas de envolvimento emocional.

Com o fim da fronteira entre o privado e o público, é possível vislumbrar uma nova ordem disciplinar e comportamental, capaz de regular as ações humanas, por meio de mecanismos que favorecem tanto a individualidade quanto as aproximações. Fatores esses que, consoante Richard Sennett (1998), contribuem para o surgimento de uma “sociedade sem deuses”, em que a igualdade prevalece mesmo nas adversidades, e o espírito humanitário é posto em questão.

A crença hoje predominante é que a aproximação entre pessoas é um bem moral. A aspiração hoje predominante é de se desenvolver a personalidade individual através das experiências de aproximação e de calor humano para com os outros. O mito hoje predominante é que os males da sociedade podem ser todos entendidos como males da impessoalidade, da alienação e da frieza. A soma desses três constitui uma ideologia da intimidade (SENNETT, 1998, p. 317).

E o que essa ideologia dissemina é a possibilidade da existência de relacionamentos sociais de qualquer tipo, quer sejam eles legítimos, plausíveis ou, aparentemente, impossíveis.

Para isso, é preciso compreender que a sociedade, ao sair do interior de seu lar, com destino à esfera pública, não apenas enfraqueceu a antiga fronteira existente entre o domínio privado e o domínio público, como também modificou o significado desses dois termos e a importância deles para a vida do indivíduo e do cidadão, a ponto de torná-los, em certas ocasiões, distintos, outras vezes, próximos demais.

A crônica “Amor & casamento”, escrita em 22 de março de 1997, inserida no livro *Falso mar, falso mundo* (2002), apresenta aos leitores de Rachel de Queiroz as particularidades de um casamento sendo compartilhadas no domínio público. Os acontecimentos da esfera do lar, da família, são analisados entre as atividades relativas ao mundo comum, e os sentimentos pessoais são tratados no espaço da coletividade.

Uma senhora, aparentando quase setenta anos, muito encabulada, vai até o cartório de sua cidade para dar entrada em seu divórcio. Diante do juiz, todos os acontecimentos que permearam o seu enlace matrimonial são trazidos à tona. Em um espaço público e desconhecido, a protagonista se vê perante uma situação em que a democratização daquilo que lhe é particular se faz necessária.

A mulher entrou no cartório timidamente e, quando mandaram, sentou à mesa do juiz. Vestida de rosa, tinha o cabelo ondulado permanente, a cara pintada e os beijos vermelhos de batom, num esforço comovente para fingir mocidade. O que era impossível, pois os 60 anos já tinham passado ali fazia tempo, e os 70 andavam perto, se ainda não haviam chegado (QUEIROZ, 2002, p. 165).

A imagem da mulher, apresentada pelo narrador, no início do texto, evidencia a figura de uma pessoa que tenta aparentar ser aquilo que não é. Diante da cena estabelecida, é possível perceber que a senhora quer passar a ideia de algo que já foi um dia, mas não é mais. O conceito que ela cria de si não condiz com a realidade visível. Sua aparência demonstra um desencontro entre a verdade dos fatos e a mentira projetada em sua representação.

Mesmo estando em um lugar estranho, no meio de pessoas desconhecidas, logo que a senhora chega ao cartório, parece esquecer essas condições e se permite um momento de desabafo com o juiz. E essa atitude pode ser explicada, ao se considerar o fato de que o privado, que sempre fora uma premissa humana necessária para se preservar certas particularidades, perde sua essência e acaba se ajustando diante do público, uma invenção humana instituída para democratizar aquilo que, de acordo com certas convenções sociais, era visto como algo, meramente, pessoal.

Conforme Richard Sennett (1998), particular e público, inseridos no contexto social vigente, caminham lado a lado, ora distantes, ora próximos. Portanto, aquilo que corresponde ao universo íntimo acaba sendo articulado em um mundo cada vez mais compartilhado e mais carente do conhecimento do outro.

O desabafo da mulher é revelado pelo narrador de forma contundente e esclarecedora:

Sentou na cadeira, pôs-se logo a chorar. Sim, vinha atrás de divórcio. Bem que o povo tinha dado conselho – mas conselho só se escuta depois que é tarde. Casar com um rapaz mais novo 28 anos – ai, mas sabe como é, uma viúva sozinha – e, ela tinha bom corpo, não estava assim acabada; e bem calçada e bem vestida – riso no meio da lágrima – diziam mesmo que era uma viúva chibante. E ele, caixeirinho de bodega, magrinho, maltratado, porém ali todo dia, ocupando o lugar do defunto por trás do balcão – conversa vai, conversa vem – acabou tratando o casamento, casou mesmo (QUEIROZ, 2002, p. 165).

Ainda que tenha sido aconselhada a não se casar com um homem 28 anos mais novo que ela, a viúva, sozinha e orgulhosa, opta por unir-se com o mancebo que a estava ajudando após a perda do marido. Em tempos de individualização, os relacionamentos acabam surgindo como uma “dádiva” àqueles que se encontram solitários. Por mais que houvesse diferenças entre os dois, a possibilidade de uma vida partilhada, certamente, era bem mais agradável do que a solidão.

Zygmunt Bauman, quando comenta a respeito da “fragilidade dos laços humanos”, especialmente em seu livro *Amor líquido* (2004), alega que os relacionamentos estão na ordem do dia. Por mais que haja percalços no processo de envolvimento com o outro, ainda assim haverá a necessidade da convivência. Para o sociólogo, os personagens principais dos enredos diários são homens e mulheres que andam

[...] desesperados por terem sido abandonados aos seus próprios sentidos e sentimentos facilmente descartáveis, ansiando pela segurança do convívio e pela mão amiga com que possam contar num momento de aflição, desesperados por “relacionar-se” (BAUMAN, 2004, p. 8).

A viúva escolhe casar-se novamente, ainda que os relacionamentos sejam, geralmente, realizações paradoxais e incertas. Ela assume os riscos ao envolver-se com um homem bem mais novo e investe no caixeirinho, fazendo-o mudar a aparência,

dando o que ele não tinha: roupas boas, sapatos novos e lenços de seda, presentes que eram, prontamente, acolhidos e usufruídos sem modéstia ou volteios. E como tudo isso era custeado pelas economias do falecido, o noivo ainda se dava ao desfrute de tirar prosa sobre o feito.

E a convivência trouxe a intimidade. E, junto dessa situação, vieram certas decorrências:

Durante o noivado era assim – ela dava e ele recebia. Mas, passada a lua-de-mel, na sua autoridade nova de marido, que não perguntava mais nada – era só tirando, comprando cavalo, comprando caminhão fiado para botar frete. Chegou a comprar um touro de raça nobre cruzado com holandês (QUEIROZ, 2002, p. 166).

Enquanto o novo marido só “roía o dinheiro”, tudo ia bem, pois a amizade ainda ficava. Dessa forma, tudo se encaminhava em pleno acordo com determinadas convenções sociais, que definem que a mulher deve conformar-se e submeter-se a um sistema de hierarquia e de obediência. Se é o homem quem deve mandar, enquanto houvesse afeto entre o casal, tudo estaria na mais perfeita normalidade.

No entanto, uma nova crise de choro indica que havia algo mais:

Sim, tudo seria muito bom, se ele então não desse para raparigueiro. Primeiro, as vadiagens eram por perto, mas em seguida ele deu pra ir mais longe. E quando ela reclamou, e chorou, e tornou a reclamar, ele então perdeu a paciência, disse que ia largar de viajar, mas depois ela não se arrependesse. Dito e feito, pois na seguinte viagem trouxe consigo uma rapariga paraibana, botou casa para ela na rua da igreja – e dentro da casa a dita cuja tinha de tudo, até criada. E se ao menos, doutor juiz, se ao menos fosse uma rapariga formosa – mas qual, uma cabocla melada, faltando um dente na frente. E, pois, ele mandou então botar um dente de ouro nela, não fosse por isso (QUEIROZ, 2002, p. 166).

Em meio ao desespero, a senhora acaba revelando mais detalhes do seu infeliz casamento: não bastando os mandos e os desmandos do marido, ele dera para traí-la, sentindo-se no direito de ameaçá-la em função do descontentamento dela com essa situação.

Sem nenhuma restrição, a mulher comenta acerca de cada detalhe do comportamento do cônjuge. A intimidade do casal, construída de uma forma nada convencional, transforma-se em motivo de apreciação de uma plateia que, até então, não fazia parte dessa história. Segundo Antoine Prost (2009), por não existir uma vida

privada de limites definidos para sempre, o que passa a definir a intimidade são os recortes das atividades humanas que acontecem entre a esfera privada e a esfera pública.

Quando o narrador dá voz à personagem, ela não se incomoda por estar em uma esfera social e confia todas as suas agruras. Nesse instante, o “muro da vida privada” cai por terra, abrindo caminho, até mesmo, para as confissões mais íntimas. Num ímpeto de raiva e de desgosto, a esposa declara estar sendo preterida por uma mulher que, de formosa, não tinha nada.

E a paraibana, a amante, queria mais. Apesar de todas as mordomias e luxos que recebia, queria casar-se com o marido alheio. Ele, por sua vez, em meio aos prantos da mulher e da concubina, ameaçou realizar, realmente, tal façanha.

Marlise Matos, em sua obra *Reinvenções do vínculo amoroso: cultura e identidade de gênero na modernidade tardia* (2000), afirma o seguinte a respeito dos relacionamentos:

Ultrapassados os momentos iniciais de contato/encontro, sedução mútua e (re)conhecimento do outro, a relação está pronta para se tornar mais densa e exigir dos parceiros mais “investimentos”, maior disponibilidade de tempo, interesse e motivação para ser mantida. A partir daí, se a relação vai ser consolidada, inicia-se o processo mútuo de “modelação da subjetividade”: esquemas de interpretação a dois são (re)construídos e compartilhados (MATOS, 2000, p. 168).

Segundo a socióloga, passados os momentos iniciais do relacionamento, chega a hora em que a mutualidade torna-se um fator determinante para que a relação aconteça, de forma satisfatória, àqueles que se envolvem emocionalmente.

No caso da protagonista da crônica, é justamente o contrário que se dá: seu novo marido regozija-se com os presentes recebidos, vangloria-se dos mimos que lhe são destinados e assume a posição de “homem da casa”, passando a administrar, como bem lhe convém, o dinheiro do casal. Entretanto, nega-se a dedicar-se, unicamente, a sua esposa. Para ele, seu direito vai além dos bens materiais recebidos. Suas vontades, enquanto homem, deveriam ser atendidas, independentemente da anuência da mulher.

Tanto isso é fato que, quando declara que pensa em se casar com a amante, “nos crentes”, e a esposa coloca-se contra, deixa de falar com ela, como se a errada fosse ela. E o que se pode concluir a respeito do comportamento do marido, em relação ao casal, é que essa instituição não compreende mais uma norma exclusiva. O indivíduo, nesse caso, passa à frente da família.

[...] e daí para diante o criatura deixou de falar com ela. Vinha em casa somente almoçar, e assim mesmo só abria a boca para botar o comer dentro. E quando tinha de se entender com a mulher por causa da bodega, fazia um bilhete que jogava em cima da cômoda, no quarto dela (QUEIROZ, 2002, p. 167).

A escritora Rachel de Queiroz, uma mulher muito ligada à família, sempre deixou claro, em seus escritos e nas entrevistas concedidas ao longo de sua vida, que seu esteio vinha da convivência com os seus. Para ela, tudo girava em torno do respaldo dessa instituição.

Na crônica “Amor & casamento”, os valores norteadores da vida privada da escritora acabam sendo colocados à prova, diante da traição e dos desmandos de um marido que trafega longe das condutas morais que regem esse tipo de relacionamento.

Assim, parece haver uma “intrusão” da cronista diante do caso apresentado. Quando o narrador refere-se ao esposo traidor, denominando-o “o criatura”, é possível notar certa indignação nesse contexto, considerando o tom impresso à fala, reforçando, mais uma vez, o que a autora declarou ao longo de sua vida a respeito de certas relações íntimas: os valores familiares precisam ser mantidos e resguardados das interferências do tempo e das modernidades.

Há cerca de, aproximadamente, meio século, era a família que se sobressaía aos seus componentes. A vida privada pessoal, quando não se confundia com a vida familiar, ficava em segundo plano ou encontrava-se subordinada a ela. Na crônica “Amor & casamento”, ocorre o processo inverso. O que se vê, ante a conduta do homem, é o que afirmou Antoine Prost (2009) em seu artigo “A família e o indivíduo”:

A relação do indivíduo com a família se inverteu. Hoje, exceto na maternidade, a família não é senão a reunião dos indivíduos que a compõem nesse momento; cada indivíduo tem sua própria vida privada e espera que esta seja favorecida por uma família de tipo informal. E se, pelo contrário, ele se sentir asfixiado por ela? Nesse caso, vira-lhe as costas e vai procurar contatos mais “enriquecedores” (PROST, 2009, p. 80-81).

O casal, que deveria ter uma vida familiar, é condenado ao fracasso em função de uma vida privada pessoal, que acaba determinando o rumo da existência dos dois. O esposo, por se sentir insatisfeito com um relacionamento monogâmico, vira as costas à

mulher e sai em busca de outras possibilidades. Sua individualidade sobrepuja a realidade do par.

Essa conduta do esposo deixa a mulher desolada. Sua única saída é o choro, uma vez que seu lar está se esfacelando. E, naquele momento, por mais que fosse ultrajante realizar tal confissão, comentar sobre os detalhes de sua relação com o caixeirinho, transformar sua realidade pessoal em um assunto compartilhado, talvez seja a única forma de amenizar essa situação.

Em meio a toda essa exposição, personagem e narrador misturam-se e confundem-se, e o resultado é uma confissão sem restrições:

Cada bilhete daqueles, seu doutor, era uma facada no meu coração. E ele, vendo o efeito que fazia, passou a amiudar as cartas, todo dia era uma, ou então botava uns versos, tudo tirado da cabeça dele, que aquilo só tem memória pro que é ruim. E ela ia aguentando, não se separava, imagine, isso mesmo era o que ele e mais a desgraçada da paraibana queriam (QUEIROZ, 2002, p. 167).

E a mulher seguia firme em seus propósitos, ia aguentando todos os infortúnios de sua relação, até se deparar com a reza forte do marido. “E reza forte ela não enfrentava” (QUEIROZ, 2002, p. 167).

Até alguns versos escritos pelo esposo ela lê para o juiz antes de concluir as suas declarações. Aos prantos, confidencia:

— Me dê logo esse divórcio, doutor juiz, pelo amor dos seus filhinhos. Já faz três dias que não como nem bebo, não passo uma hora sem dar um ataque, e ele diz que ainda está na primeira reza. Quando for na segunda, eu sei que não resisto! ... (QUEIROZ, 2002, p. 167).

Por meio do discurso direto, totalmente sem rodeios, a esposa traída rende-se aos apelos e às ameaças do cônjuge. A essa altura, o que menos lhe importa é a discrição. Sua intimidade fora exposta e arruinada em função do comportamento do marido, e a ela resta, apenas, o consolo da partilha dessa situação.

Diante de uma vida privada que se desloca em si mesma, ajeitando-se ao contexto em que acontece, é preciso compreender que a intimidade, ao ser compartilhada, no espaço público, não apenas reduz o antigo limite existente entre o domínio privado e o domínio público, como também transforma o significado da existência dessas duas esferas e a importância delas para a vida dos indivíduos e dos cidadãos.

Conforme Richard Sennett, o “mundo dos sentimentos íntimos perde suas fronteiras; não se acha mais refreado por um mundo público onde as pessoas fazem um investimento alternativo e balanceado de si mesmas” (SENNETT, 1998, p. 19). Essa democratização desestabiliza, mas também permite que, entre os sujeitos, haja interação, questionamentos e autoavaliação.

Quer aconteça no domínio do privado ou na esfera pública, os homens são individualizados, conforme as ocasiões e os fatos vão se sucedendo ao longo de sua própria existência. Seja por meio de ações comuns a determinados grupos ou por intermédio de práticas particulares, a vida privada vai se constituindo, às vezes, nos espaços íntimos, em outras ocasiões, na esfera pública, o ambiente que, na atualidade, anseia por compreender e desvendar o que diz respeito à intimidade humana.

Independentemente do contexto em que as relações íntimas aconteçam, na visão da cronista Rachel de Queiroz, o que importa é que os valores norteadores dos relacionamentos humanos sejam protegidos. Por meio da combinação entre o estilo direto, a naturalidade narrativa e a busca insistente pelos efeitos literários da oralidade, suas crônicas acabaram apresentando flagrantes do cotidiano rodeados de conselhos, de cuidados ou, simplesmente, pelo gosto da conversa.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.

_____. *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004.

_____. *Vida líquida*. 2. ed. rev. e trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2009.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Trad. Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

MATOS, Marlise. *Reinvenções do vínculo amoroso: cultura e identidade de gênero na modernidade tardia*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2000.

PROST, Antoine & VINCENT, Gérard. (Orgs.). *História da vida privada 5: da Primeira Guerra a nossos dias*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

QUEIROZ, Rachel de. *Falso mar, falso mundo*. São Paulo: Editora Arx, 2002.

SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. Trad. Lygia Araújo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.